

Econ.

Brasil, exceção que incomoda.

JORNAL DA TARDE

17 NOV 1991

A economia vivia um problema histórico. Transporte ferroviário ineficiente, transporte rodoviário caro e muito controlado pelo governo, serviços portuários com custos altíssimos e dominados pelos sindicatos de estivadores, barreiras ao comércio exterior, estatais demais, controles governamentais excessivos. Ineficiente e deficitário, o governo foi o motor da crise. Seu déficit dobrou em dez anos, saltando de 24,3% para 52,3% do PIB. A crise da dívida externa explodiu com o fracasso de seu primeiro programa de estabilização. A recessão, iniciada em 1982, foi acompanhada da alta da inflação.

Até aqui parece a situação do Brasil. Mas, em 1987, o país de que falamos colocou em prática um ambicioso programa de estabilização, que teve como elementos principais o corte das despesas do governo, o aumento da receita (tarifação e reforma tributária), controle do crédito e acompanhamento dos preços e dos acordos salariais. A inflação caiu e a economia voltou a crescer. Este ano, o PIB deve aumentar 4% ou 5%. Em apenas três anos, a arrecadação tributária cresceu mais de 40% (passou de 7,8% para 11% do PIB). O déficit público foi eliminado (este ano, o superávit operacional deve ficar entre 2% e 3% do PIB).

Esse país é o México. Seus problemas históricos, suas dificuldades nos últimos anos, sua saída da crise foram o tema de uma exposição feita no Rio de Janeiro, na semana passada, por Francisco Gil Díaz, secretário da Receita Federal e um dos principais idealizadores da reforma tributária que está na base da recuperação econômica de seu país.

Em Washington, para onde viajou como membro da equipe brasileira que negocia com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o secretário nacional da Fazenda, Luiz Fernando Wellisch, conversou com o responsável pelos estudos relativos ao México no Banco Mundial, Sweder van Wijnbergen, para conhecer melhor a experiência daquele país. Viu que

o projeto de reforma tributária de emergência encaminhado pelo governo brasileiro ao Congresso há dias — e do qual ele é um dos autores — nada tem a ver com a solução adotada pelo México.

Van Wijnbergen resume a reforma tributária mexicana em três pontos: a simplificação (e informatização) do sistema, a eliminação das isenções e a ampliação da base de contribuintes. Como todos passaram a pagar impostos, o aumento da receita não significou necessariamente que os antigos contribuintes tiveram de transferir mais dinheiro para os cofres públicos. A carga tributária incidente sobre cada contribuinte pode até ter-se reduzido.

O economista do Banco Mundial disse ao jornal **Gazeta Mercantil** — e deve ter dito também a **Wellisch** — que, já em 1984, o governo mexicano percebeu que não funcionava mais a estratégia antiga de elevar as alíquotas dos impostos sempre que o governo precisava equilibrar suas contas. Optou-se, então, por um plano, colocado em prática alguns anos depois, constituído tanto pelo aperto nos gastos públicos como pela abertura da economia à concorrência externa e pela desregulamentação interna, ao mesmo tempo em que se reformava o sistema tributário, na forma resumida por van Wijnbergen. No Brasil, apesar do discurso modernizante do governo, a inflação se acelera todos os dias, ao mesmo tempo em que se aprofunda a recessão. É que aqui, ao contrário do que acontece no México, o Congresso não está aliado ao governo mas, quase sempre, se esmera em dificultar-lhe a tarefa.

Neste momento em que praticamente todos os países da América Latina se colocaram no rumo do crescimento econômico, o Brasil é uma rara exceção, que incomoda até mesmo seus aliados mais próximos, como mostrou a reunião dos ministros da Economia dos países do Mercosul realizada no Rio de Janeiro.